

## A Bíblia e a expansão portuguesa

São diversas as relações que se podem estabelecer entre o movimento expansionista levado a cabo pelos Portugueses nos séculos xv e xvi e a Bíblia. Procurando os cristãos adequar, normalmente, as suas actividades à Mensagem revelada nos textos sagrados da sua religião, é natural que os dirigentes da expansão lusa se tenham servido da Bíblia, tentando justificar os seus projectos e os seus empreendimentos pelo recurso às profecias ou aos ensinamentos contidos no Livro. Procuraram, no entanto, também servi-lo, empenhando-se na sua difusão pelos povos que iam descobrindo. São, pois, sobretudo estes dois aspectos que procuraremos analisar ao longo destas linhas.

### 1. A dimensão religiosa da expansão portuguesa

Os homens que conduziram a expansão portuguesa no século xv e seguintes sempre tiveram a noção de que estavam a alargar o *espaço cristão*; criavam, assim, condições para que se difundisse pelo mundo a Revelação em que fundamentavam a sua Fé, e que é veiculada pela Bíblia. A documentação de que dispomos leva-nos mesmo a acreditar que a grande maioria dos navegadores que exploraram os mares, desde o mais ilustre capitão até ao marinheiro iletrado e anónimo, estavam conscientes disso. Ainda que muitos não conhecessem bem senão algumas passagens ou episódios da Bíblia, esses homens sabiam que estavam dando cumprimento ao preceito divino: «Ide, pois, e ensinai todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as tudo quanto vos tenho mandado» (Mt 28,19-20). É com estas palavras que termina o Evangelho segundo S. Mateus, e reencontramos a mesma ideia explicitamente em S. Marcos (Mc 16,15-18) e implicitamente

em S. Lucas (Act 1,8). Aqui radica o proselitismo religioso dos cristãos, de que os Portugueses deram provas abundantes ao longo dos séculos e por todos os continentes.

A expansão teve, pois, sem dúvida, uma dimensão religiosa importante. É verdade que esta, só por si, é insuficiente para explicar o fenómeno expansionista na sua totalidade; ignorando-a, porém, todas as explicações se tornam erradas ou pelo menos assaz incompletas. Sentindo-se responsáveis pelo alargamento da Cristandade, os Portugueses não deixaram de, por outro lado, procurar alcançar fama ou enriquecimento material. A Coroa portuguesa sempre se interessou pelos negócios e pelos lucros que daí advinham, mas também se preocupou com a conversão dos gentios recém-descobertos e com a diminuição do poderio do Islão; se a expansão se não deixa simplistamente reduzir a uma empresa missionária nem a uma cruzada permanente, não menos verdade é que pelas rotas do império sempre circularam clérigos e religiosos, que tendo começado por acompanhar e assistir as tripulações cristãs, se foram depois gradualmente dedicando também à evangelização das populações ultramarinas. Pelo tempo fora, muitos leigos (oficiais da Coroa ou meros particulares) deram inúmeras provas da sua sintonia com o ideal apostólico. Veja-se só a título de exemplo o caso da expulsão dos comerciantes portugueses do Japão em 1640: estes tinham no arquipélago nipónico negócios extremamente lucrativos, mas perderam-nos por se recusarem a acatar as sucessivas ordens dos xoguns no sentido de deixarem de transportar missionários para as ilhas do Sol Nascente. Um ponto de vista meramente economicista não consegue explicar este acontecimento.

Refira-se ainda que os Portugueses deixaram símbolos da sua religião por todos os cantos do mundo: vemos, por exemplo, em Ielala, no interior do Congo, cruzes assinalando o limite da exploração levada a cabo por Diogo Cão por aquele rio acima. Reencontramos a mesma atitude na carta de Pero Vaz de Caminha, que nos descreve Nicolau Coelho distribuindo cruzes pelos indígenas que haviam acorrido à praia e conviviam com a tripulação da armada de Pedro Álvares Cabral. Isto para não falar das inúmeras igrejas, muitas delas ainda hoje locais de culto em que na América, em África ou na Ásia se continua a adorar a Deus e a aprender a sua Palavra contida na Bíblia.

Podemos, pois, afirmar que a Bíblia esteve presente, material ou espiritualmente, em todo o fenómeno expansionista português.

Veremos de seguida como era conhecida pelos navegadores e pelos seus dirigentes, e como estes encontraram no texto sagrado as justificações de que necessitavam para explicar não só as suas decisões políticas, mas até o achamento quase miraculoso de novos povos, ilhas e continentes.

### **O conhecimento das Escrituras pelos homens da expansão**

Seria interessante saber em que medida os homens dos Descobrimentos liam a Bíblia. Nessa época já toda a classe superior e quadros intermédios sabiam ler e escrever; todavia, os soldados e marinheiros raramente o sabiam, pois assinavam as mais das vezes de cruz os recibos de soldo e mantimento. Mas até à época de D. Manuel I (1495-1521) para além dos clérigos apenas um restrito sector da classe dirigente sabia latim. O infante D. Pedro (1392-1449), por exemplo, traduziu obras de Cícero. Os demais não conheciam a Bíblia senão através da liturgia e da pregação, pois não fora ainda integralmente traduzida em português.

De facto, o tipo de fidalgo humanista, de que são exemplos D. João de Castro ou Camões, só se torna verdadeiramente comum na época de D. João III (1521-1557), embora haja exemplos anteriores, nomeadamente o de Gomes Eanes de Zurara (cronista de meados do séc. xv) e o de Duarte Pacheco Pereira (capitão que se notabilizou nos reinados de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel I). Mas como esse movimento se liga ao Renascimento, paganizante, voltado para a Antiguidade greco-romana, traduz-se mais no recurso crescente aos clássicos (veja-se o caso de *Os Lusíadas*) que num maior recurso à Bíblia.

Os que sabiam latim citam muitas vezes em português versículos por certo traduzidos *ad hoc*, visto não haver ainda uma tradução completa da Bíblia em português. Os que não sabiam latim dispunham pelo menos da tradução dos Actos dos Apóstolos e de um resumo do Antigo Testamento feitos no século xiv pelos monges de Alcobaça, além de outras traduções fragmentares. Como veremos mais abaixo o interesse pelo Antigo Testamento e a sua tradução em língua vulgar estão relacionados com as Cruzadas.

A Bíblia é na época conhecida em boa parte através da liturgia como se depreende de alguns exemplos relacionados com o expansionismo português: assim, por exemplo, a primeira citação bíblica

do parecer do infante D. Henrique (1394-1460) sobre a expedição a Tânger dado em 1436 — Sl 111,7 — é o versículo do gradual da missa dos defuntos.

Outro caso curioso é o de Duarte Pacheco Pereira, que no capítulo 22 do livro 1.º do *Esmeraldo de Situ Orbis*, onde explica «como Deus revelou a D. Henrique que descobrisse as Etiópias», cita em latim, segundo a Vulgata, o salmo 18,5 — «a toda a terra chegou a voz deles, e até aos confins da terra as suas palavras», aplicando-o aos Apóstolos, quando o sujeito gramatical no texto é «os céus». Este versículo é de facto, o *leit-motiv* do ofício dos Apóstolos no antigo rito romano, repetido no versículo das primeiras Vésperas, numa antífona do primeiro nocturno de Matinas, no versículo do mesmo nocturno, num responsório do terceiro nocturno e no responsório breve de Tércia. Duarte Pacheco usa-o para mostrar que a pregação dos Apóstolos se estendeu a todo o mundo, incluindo a África, onde depois a Fé cristã se perdeu, pelo que os Portugueses eram chamados a restaurá-la.

Deve-se dizer ainda que o comum dos homens dos Descobrimientos se não conhecia com precisão os textos da Bíblia, tinha pelo menos um conhecimento genérico da Mensagem veiculada pelo Livro Sagrado e procurava-a propagar quanto possível. Sabemos, por exemplo, que Pedro Álvares Cabral deixou em 1500 dois degredados no litoral brasileiro, tendo Pero Vaz de Caminha afirmado então que «se os degredados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé»<sup>1</sup>. Vemos, assim, que se admitia então ser possível dois condenados darem início à evangelização daquele território. Estes dificilmente seriam indivíduos profundamente conhecedores das Escrituras; no entanto, sabiam certamente os fundamentos da mensagem cristã, podendo, por isso ensinar aos tupis os seus rudimentos.

Note-se que até meados do século XVI havia um optimismo generalizado no que respeita à rápida conversão ao Cristianismo dos povos pagãos recém-descobertos. Esse optimismo explica, em parte, o pouco cuidado posto em organizar a evangelização de forma metódica e sistemática e em confiá-la predominantemente a missionários «amadores». Só depois do choque causado pela crise da Igreja e pela eclosão dos movimentos reformistas, se iniciou

<sup>1</sup> In PERO VAZ DE CAMINHA, *Carta a el-rei D. Manuel*, Lisboa, 1974, p. 72.

de forma organizada e persistente o envio de pessoal especializado para as regiões ultramarinas. Com o desenvolvimento da missão, a Bíblia seria então verdadeiramente difundida pelo mundo inteiro através de um grupo de homens que a conheciam e se dedicavam ao seu estudo. Começaram nessa época as traduções de alguns textos bíblicos em línguas locais; sabemos, por exemplo, que quando chegou ao Japão em 1549, S. Francisco Xavier ia acompanhado por um japonês convertido, que sabia de cor o Evangelho segundo S. Mateus e já o notara em caracteres nipónicos<sup>2</sup>.

### 3. A Bíblia justificadora do expansionismo

#### 3.1. O século XV — a ideologia do Deus guerreiro

Mas voltemos aos inícios da expansão. Depois do ataque e ocupação de Ceuta em 1415 levantaram-se dúvidas quanto ao interesse estratégico e à própria legitimidade do prosseguimento das conquistas em África. Após vários projectos que não passaram do papel a empresa apenas viria a ser retomada em 1437 com o ataque frustrado a Tânger. A realização desta expedição foi, no entanto, antecedida de longas discussões que dividiram a corte em dois partidos, um favorável e outro contrário ao empreendimento.

Ao dar o seu parecer sobre a guerra contra os muçulmanos<sup>3</sup>, o infante D. Henrique, principal defensor do projecto, recorreu quase sistematicamente a passagens bíblicas para justificar a sua opinião: começa por citar o salmo já atrás aludido («em memória aeterna som os justos» — Sl 111,7); cita depois o Livro do Êxodo — «se honrardes padre e madre vivereis longamente sobre a terra» (Ex 20,12); a seguir alude ao livro do Eclesiastes, cap. 2.º, embora não o cite literalmente — «todas as cousas trazem cansaço e perdimto» —, afirmando depois que o homem «é como o lírio que a sua frol é fermosa mas logo desfalece», expressão que tanto pode ter sido retirada do versículo 15 do salmo 102, como do 6 do 89, pois são semelhantes e D. Henrique não cita literalmente. Mais adiante encontramos uma vaga citação de S. Paulo (II Cor 6,10); segue-se uma citação do Evangelho segundo S. Mateus — «mais impossível cousa seria

<sup>2</sup> Cf. GEORG SCHURHAMMER, SI, «Der hl. Franz Xavier in Japan» in *Xaveriana*, Lisboa - Roma, 1964, p. 575-603, p. 594.

<sup>3</sup> «Conselho do infante dom anrique se era bem fazer guerra aos mouros de belamarim», in *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte*, Lisboa, 1982, p. 116-120.

irem ao paraíso que o camelo caber pelo fundo da agulha» (Mt 19,24) encontramos a seguir uma reminiscência do salmo 61 — «que useis nela como se nela não tivesseis coração» (Sl 61,11). O Infante recorre depois de novo a S. Paulo — «e o que, duvidardes d'aver seja pera elo e ser-vos-há contado em justiça» (Rom 4,3 — que é uma citação de Gn 15,6 e reaparece em Gal 3,6 e na Epístola de Santiago 2,23); topamos a seguir com uma citação latina incompleta que não identificámos «*gratia volenti ...*» e depois com mais uma do Evangelho — «Cristo nosso senhor perigo e trabalho assaz passou e toda a riqueza leixou nom tendo onde poer a cabeça» (Lc 9,58 e Mt 8,20). Além de citar amiúde o texto das Escrituras, D. Henrique alude também a uma série de figuras bíblicas, umas do Antigo Testamento — nomeadamente Abel, Abraão, Isaac, Jacob, Moisés, David — e outras do Novo, como os Evangelistas, os Apóstolos e os Santos Inocentes. Retoma depois as citações literais do Evangelho — «nom sejais solícitos dizendo que comereis e bebereis e vestireis ...» (Mt 6, 25 e Lc 12,22) logo seguida de «eu nom vim meter paz mas cuitelo» (Mt 10,34 e Lc 12,51). Mais à frente utiliza um lugar comum muito repetido quer no Antigo como no Novo Testamento — «não temais (veja-se, por ex., Mt 28,10 e Mc 16,6). Estas duas últimas citações são nitidamente distorcidas do seu sentido próprio e inflectidas a favor da ideologia guerreira da nobreza medieval para justificar a Cruzada. Antes de terminar, o Infante recorre uma vez ainda ao Eclesiastes — «a morte e o trabalho nom se escusa pois pera ele som nados e a despesa pois todo ham de leixar». São, pois, mais de uma dúzia de citações ou alusões bíblicas num pequeno texto de apenas cinco páginas. Neste não encontramos nenhuma citação de clássicos ou autores profanos.

D. Henrique era dotado de uma personalidade invulgar: cria firmemente que era obrigação de um bom príncipe cristão guerrear os muçulmanos, e sonhava, por isso, com a conquista do Algarve d'além-mar pelos Portugueses; e estava convencido de que com o seu ânimo e ajuda da Providência divina derrotaria o inimigo, tal como Josué e seus sucessores haviam conquistado a Terra Prometida. O Infante vivia, pois, o espírito da Cruzada — uma ideia em certa medida anti-cristã, dada a sua agressividade inteiramente oposta à paciência de Cristo, mas que tivera a sua origem na própria agressão muçulmana iniciada nos séculos VII e VIII. Os papas, teólogos e príncipes cristãos procuravam justificá-la recorrendo sobretudo aos livros do Antigo Testamento e a figuras como Moisés, Josué e David,

embora não hesitassem, como vimos, em distorcer também o sentido original de alguns textos do Novo Testamento.

Gomes Eanes de Zurara, cronista perfeitamente identificado com os ideais do infante D. Henrique e seu contemporâneo, chegou mesmo ao ponto de dizer na sua *Crónica da Conquista de Ceuta*, que aqueles que se manifestavam contra a guerra santa com os mouros eram «pouco menos que hereges». Esta crónica regorgita de comparações de D. João I e seus filhos a Moisés, Josué e aos Macabeus, o que é característico da ideologia da «cruzada guelfa» ou «papista», inspirada no augustinismo político da Alta Idade Média; este fazia do Papado a única fonte de poder legítimo, a que todos os poderes se deviam submeter ainda que pelas armas.

É curioso notar a forma como o rei D. Duarte (1433-1438) enuncia as razões que o levaram a enviar a expedição contra Tânger em 1437<sup>4</sup>; o monarca deu como primeira razão ser «serviço de Deus crendo verdadeiramente que é assim fazê-la pois o Santo Padre assim o manda por muitas escrituras direitas e por letras». Menos impulsivo e menos visionário que seu irmão, D. Duarte dá também inúmeros exemplos de confiança ilimitada na Providência Divina («tendo particular confiança em Nosso Senhor Deus que todo nosso poder e dos nossos em tal caso fosse per sua graça multiplicado»), mas não utiliza a Bíblia para justificar a sua decisão; prefere fundamentar-se em determinações papais. Apercebemo-nos, no entanto, da predominância de um tipo de mentalidade muito próxima da do Antigo Testamento, pois o objectivo das expedições, mesmo quando não é a antiga Terra da Promissão, é sempre um reino terrestre que se procura submeter ao povo cristão, o novo povo eleito. Para esta ideologia o «Reino de Deus» já chegou, é a dominação da *Respublica Christiana* encabeçada pelo papado; há apenas que dilatar o seu domínio até aos confins da terra.

Parece que o Antigo Testamento fôra pouco prezado na primeira fase da Idade Média; no rito grego desapareceram completamente da liturgia eucarística as leituras do Antigo Testamento e no rito romano só subsistiram na Quaresma e em certas festas dos santos. Foi com as Cruzadas que voltou o entusiasmo pelo Antigo Testamento, que então foi traduzido em muitas línguas vulgares: é que não só contava a história da conquista da Terra da Promissão pelos Judeus (a mesma que os cruzados, pelo menos de início, que-

---

<sup>4</sup> «As razões por que se el rey demoueo fazer guerra aos mouros», in *ibidem*, p. 135-138.

riam reconquistar), como dava de Deus a imagem de um Deus guerreiro que protege os seus no combate (e que se coadunava melhor com a ideia de Cruzada que a imagem do Novo Testamento de um Deus misericordioso e Pai universal, que «faz chover sobre os bons e sobre os ruins», Mt 5,44-45).

No capítulo LV da *Crónica da Guiné*, Zurara dá-nos um exemplo claro dessa ideia de um Deus guerreiro, ao descrever um momento de aperto vivido pelos marinheiros portugueses (com os seus batéis encalhados à vista da costa) durante uma expedição ao litoral da Mauritânia. O cronista coloca então na boca dos homens do Infante uma oração, que nos testemunha o espírito que os animava: «Ah Deus — diziam eles — e menos favorável queres tu ser ao nosso feito, do que já muitas vezes foste a outros, que tamanha tenção não tinham de te servir! Hoje, que o teu santo nome teria causa de ser muito acrescentado, e a nossa honra levantada, dás lugar a um tão fraco poderio de um elemento que nos haja de empachar! Ha por tua santa piedade connosco misericórdia, e ajuda-nos, que teus servos somos, empero pecadores; mas maior é a grandeza da tua benignidade, que a multidão dos nossos pecados. E se tu tiveste poder de abrir caminho aos filhos de Israel por meio das águas e fizeste o Sol tornar atrás por rogo de Josué, contra o curso da natura: porque não farás agora tanta mercê a esta tua gente, porque o teu milagre pareça ante os nossos olhos, que se antecipem estas águas, por tal que a nossa viagem seja encaminhada como hajamos cumprida vitória?»<sup>5</sup>.

Acresce dizer que se vivia então em Portugal o fim duma época messiânica, iniciada com a subida ao trono de D. João I (1385-1433), o filho bastardo de D. Pedro I (1357-1367) e meio irmão de D. Fernando (1367-1383), herói de Aljubarrota, vencedor do colosso castelhano, que tivera por braço direito o condestável Nun'Álvares, falecido em 1431 já com fama de santo. Vencedores dos castelhanos, conquistadores de Ceuta, os Portugueses pareciam predestinados para grandes feitos e o infante D. Henrique iria em breve atrair o Reino a uma outra empresa extraordinária — os Descobrimentos.

No início as expedições de descobrimento foram essencialmente um prolongamento do espírito de Cruzada a costas até então desconhecidas. Ao descrever um ataque dos marinheiros do Infante contra populações azenegues da costa da actual Mauritânia, Zurara

---

<sup>5</sup> In GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica da Guiné*, Lisboa, 1973, p. 237-238.



põe na boca de um dos capitães um discurso que representa a mesma ideologia que estava subjacente aos ataques às cidades marroquinas: «E porque Deus sente nossas boas vontades, nos aparelha lugar e tempo no qual podemos cobrar honrada vitória, que vedes em nossa presença aqueles mouros, com tal orgulho como se nos tivessem em cerco. (...) E posto que mais sejam que nós a terça parte, são mouros e nós cristãos, dos quaes um deve abastar para dous, que Deus é aquele em cujo poder está a vitória, o qual sabe nossas vontades acerca de seu santo serviço»<sup>6</sup>.

Em 1448 D. Henrique deu ordens para que cessassem estes combates e se passasse a comerciar pacificamente com os naturais do litoral africano. Até ao final do século poucas serão as referências aos Descobrimentos em documentos oficiais. Rui de Pina praticamente não se lhes refere na Crónica de D. Duarte; na de D. Afonso V (1438-1481) apenas resume brevemente as navegações henriquinas no capítulo em que relata a morte do Infante; e na de D. João II alude somente à construção da fortaleza de S. Jorge da Mina, à conversão do rei dos Jalofo e depois à do rei do Congo. Ao cronista interessava apenas a «dilação da Fé e do Império». As expedições de comércio, como as de mero reconhecimento geográfico, como a de Bartolomeu Dias, eram-lhe aparentemente indiferentes.

Após a grande crise sócio-económica do século xiv e começos do xv, entre cujas consequências se deve contar a Guerra dos Cem Anos, o Grande Cisma e um mal estar geral da nobreza, abalada pela crise e entalada entre a burguesia e o poder real, a segunda metade do século xv foi marcada por um novo predomínio do Papado (vencedor do Concílio após as reuniões de Basileia (1431), Ferrara (1437) e Florença — 1442) e da nobreza, que em Portugal teve o seu apogeu entre a batalha de Alfarrobeira (1449) e a morte de D. Afonso V (1481). A estes tempos presidiu de novo o Augustinismo político e o ideal da cruzada guelfa, de cariz internacionalista; tanto Zurara como Rui de Pina nunca falam de Portugueses mas apenas de cristãos — fazem parte da *Respublica Christiana* e procuram, quer através da construção de fortalezas nos territórios recém-descobertos, quer pela conversão dos reis gentios, alargar o espaço da Cristandade, criando, assim, novas zonas onde se fosse depois difundindo a mensagem bíblica.

---

<sup>6</sup> In *ibidem*, p. 201.

### 3.2. Os alvares de Quinhentos e o messianismo manuelino

No final da centúria quatrocentista a situação alterou-se: por um lado, agudizou-se a crise da Igreja que conduziria à Reforma e à cisão protestante — o Papado perdia o prestígio dos anos anteriores; por outro, em Portugal, subia ao trono em 1495 D. Manuel, duque de Beja, desenvolvendo-se em torno de si novas ideias messiânicas, tal como sucedera no início do reinado de D. João I. De facto D. Manuel I beneficiou de uma série de acontecimentos fortuitos (morte por doença de dois irmãos, assassinio de outro por conjurar contra o rei, morte por acidente do príncipe D. Afonso (1475-1491) — o único filho legítimo do monarca —, e finalmente a morte precoce do próprio rei), pois quando nascera era o mais novo dos sobrinhos do rei D. Afonso V. Cinco anos depois de ascender ao trono já os seus domínios se haviam estendido extraordinariamente: Vasco da Gama chegara à Índia e Pedro Álvares Cabral descobrira novas terras a Ocidente — os Portugueses dispersar-se-iam a partir de então por três continentes. Esta série de acontecimentos tão insólitos como subitâneos contribuiu sem dúvida para difundir a ideia de que se aproximava o fim dos tempos, e que Deus escolhera os Portugueses e o seu rei para reconduzir a Si o mundo.

Assinala-se ainda que D. Manuel I fora educado por preceptores ligados aos franciscanos espirituais, como o Conde de Portalegre, irmão do beato Amadeu da Silva, autor de uma *Apocalypsis Nova* em que se anunciava o advento de um reino messiânico. Para os Espirituais o Reino de Deus não se confundia de modo algum com a dominação da Igreja, depravada, comprometida com a política e prostituída pela concupiscência do poder. Pelo contrário, exigia a aparição de um Imperador ou rei providencial, que chamando a si a tarefa de administrar o mundo, proteger a religião e exercer a justiça, deixasse a Igreja livre de preocupações temporais, para se poder dedicar em exclusivo ao seu *munus* espiritual e apostólico.

A expansão portuguesa gerou assim no início do século xvi um surto de nacionalismo tinto de messianismo; chegara a vez da cruzada de caris «gibelino», imperial e messiânica, semelhante à de Frederico II, inspirada em Joaquim de Fiora (ou de Flora) e na sua certeza da iminência do Reino do Espírito Santo, profético, igualitário e anti-hierárquico. Esta ideologia preferia aos livros históricos do Antigo Testamento os livros proféticos. O seu messianismo lidava muito, sobretudo entre os Franciscanos, com o con-

ceito de que Deus escolhe os pequenos para confundir os grandes, apeia do trono os poderosos para exaltar os humildes, etc. (tema que encontramos em Lc 1,51; Job 12,19 e 5,1; Sl 106,9; 1Samuel 2,1-10 e na história de David, o mais novo de dez irmãos escolhido para rei de Israel, e ainda na luta deste contra o gigante Golias). O paralelo aplica-se tanto à pessoa de D. Manuel como ao povo português, minúsculo à vista do colosso que era ainda então o bloco muçulmano, contra quem Portugal abria uma nova frente no Índico, em águas onde não haviam chegado nem gregos nem romanos.

Data deste período uma profecia escrita por Duarte Galvão (trata-se de um texto perdido, mas referido por João de Barros<sup>7</sup> e mais tarde por Barbosa Machado), que ecoa em várias cartas de D. Manuel ao Papa, que o próprio rei mandou imprimir, aparentemente para efeitos de propaganda da sua candidatura ao título de Imperador. A mais explícita é uma carta de 1507, impressa simultaneamente em Roma e em Augsburgo. Aí se aplicam à história portuguesa várias profecias bíblicas: o salmo 71,10-11 («os reis de Tarsis e das ilhas pagar-lhe-ão tributo, os reis da Arábia e de Sabá far-lhe-ão dádivas; os reis se prostrarão diante dele e os gentios servi-lo-ão») cumpria-se na submissão de Quíloa e Mombaça, tal como a profecia do capítulo 60 de Isaías (sobretudo no seu versículo 9) se confirmava com a prosperidade do comércio português. Identificava-se então a «Babilónia a grande prostituta» do Apocalipse (Ap 17-18) com o sultanato de Babilónia, isto é o reino mameluco do Cairo (embora a expressão designasse originalmente o império romano pagão, a homonímia ajudava). Ao tempo em que se escreveu esta carta não se consumara ainda a sua queda, mas já se tinham cumprido alguns vaticínios, nomeadamente o contido nos versículos 15-19 do capítulo 17 desse livro (lamentação dos mercadores e dos navegantes que traziam os produtos de luxo do Oriente para Babilónia e agora estavam arruinados), pois de facto os Portugueses tinham desviado para o Atlântico o comércio do Mar Roxo. D. Manuel alimentou quase até à morte a certeza de que estava predestinado para recuperar Jerusalém: manifesta ainda essa esperança na *Carta das Novas do Achamento do Preste João*, que mandou imprimir seis meses antes de morrer, e de que só se conhece um exemplar conservado em Inglaterra, provavelmente porque

---

<sup>7</sup> Cf. JOÃO DE BARROS, *Ásia*, III, i, 4.

D. João III e os homens que o rodeavam, que não nutriam as mesmas ideias messiânicas, fizeram destruir os demais.

D. João III, confrontado com um império demasiado disperso, opôs o pragmatismo às ideias messiânico-imperialistas de seu pai. Com D. João a expansão autonomizou-se definitivamente da Cruzada; desenvolveu-se a partir de então a ideia de um império estritamente nacional — os Portugueses já não pretendiam liderar a *Respublica Christiana* (tal como desejara o Venturoso), mas apenas administrar os seus próprios territórios. Foi durante o reinado do Piedoso que se iniciou a missão intensiva das partes ultramarinas. Alteraram-se a partir de então os interesses; consequentemente, modificar-se-ia a utilização da Bíblia, conforme veremos adiante.

#### 4. A Bíblia e os novos mundos descobertos

Antes, porém, parece-nos interessante referir dois dos mais notáveis autores quinhentistas e a forma como procuraram na Bíblia uma explicação para os rumos dos Descobrimentos.

Vejamos em primeiro lugar o caso de Duarte Pacheco Pereira, um dos ideólogos do reinado de D. Manuel I. Homem experimentado, que esquadrinhara o Atlântico e representara a Coroa nas negociações de Tordesilhas, cobrira-se de prestígio em Cochim ao defender com um punhado de homens aquela cidade indiana dos ataques dos exércitos do samorim de Calicut. Homem de mentalidade experimentalista, repete a cada passo o adágio medieval «a experiência é a madre de todas as cousas»<sup>8</sup>. Talvez por isso, não procurava teorias apriorísticas na Bíblia, embora tentasse encontrar na Bíblia a confirmação para as suas teorias, baseadas na experiência, assim como elementos para completar o que a experiência lhe não ensinava.

Duarte Pacheco dedicou o segundo capítulo do seu *Esmeraldo de Situ Orbis* ao problema de haver mais água ou mais terra no nosso planeta. Este capítulo é muito curioso pois usa habilmente

---

<sup>8</sup> Este adágio é frequentemente apresentado como sendo da autoria de Duarte Pacheco Pereira, mas já o encontramos muito antes: em 1448, numa carta a D. Galcéran Oliver, a rainha D. Maria de Aragão diz: «E, que sia axi experiencia, que es mare de totes coses, ho mostra», in *Monumenta Henricina* (dir. de Dias Dinis), 14 vols., Coimbra, 1960-1973, vol. IX, doc. 210, 343-344.

uma série de citações bíblicas em apoio da ideia, relativamente rara na época se bem que errada, de que a terra cercava o mar e não o contrário, e de que havia mais terras emersas que águas à superfície do mundo. O erro vem de se ter acabado de constatar a existência de um novo continente até aí desconhecido, a América, e de ainda se não ter descoberto a existência de um novo oceano — o Pacífico. Assim, o herói de Cochim conclui este capítulo afirmando: «Ainda nos fica por dizer em quanta parte dela a terra é maior que a água; como somente a água ocupa a sétima parte dela segundo se mostra no quarto livro do profeta Esdras, no capítulo 6.º que diz assim «e no terceiro dia mandastes as águas ajuntar na sétima parte da terra; verdadeiramente as seis partes secastes»; assim que a água é posta na sétima parte da terra e as seis partes são descobertas para a vida da natureza humana e dos outros animais e assim é razão que o, creiamos». É curioso notar que o livro citado é um texto apócrifo, o que não impediu o autor de recorrer à autoridade daquele para justificar as suas concepções geográficas — uma flexibilidade própria da época que antecedeu a rigidez da Contra-reforma, subsequente ao Concílio de Trento que estabeleceu o cânon definitivo dos livros inspirados.

Se em Duarte Pacheco encontramos o exemplo mais comum da época (o da interpretação literal do texto bíblico), noutro grande escritor do século XVI, João de Barros, recolhemos um exemplo diferente e menos comum — a utilização da alegoria, em que o elemento bíblico está presente mas como que em metáfora, para comentar alguns aspectos da expansão portuguesa.

Primeiro, porém, importa referir que embora com a escolástica aristotelizante do século XIII e seguintes tendesse a prevalecer no Ocidente uma interpretação literal da Bíblia (mais na linha da exegese histórica e filológica da escola de Antioquia dos primeiros séculos que na linha alegorizante e simbólica da escola de Alexandria, mais marcada pela influência platónica), a liturgia (lições dos 2.º e 3.º nocturnos das domingos e festas) continha muitos comentários patrísticos (sobretudo de Santo Agostinho) que praticavam a interpretação alegórica e tipológica.

Ao referir-se às dificuldades que os europeus sentiam em penetrar no interior de África Barros afirma: «Porque não somente ela dá os frutos necessários e proveitosos à vida humana, mas ainda dá almas creadas na inocência de seus primeiros padres, que com mansidão e obediência metem o pescoço per Fé, e Baptismo, debaixo

do jugo Evangelico. Mas parece que por nossos pecados, ou por algum juizo de Deus oculto a nós nas entradas desta grande Etiopia, que nós navegamos, pôs um Anjo percuciente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede não poder penetrar no interior das fontes deste horto»<sup>9</sup>.

Esta imagem baseia-se, evidentemente, no texto do terceiro capítulo do Génesis referente à expulsão de Adão e Eva do Paraíso: «Depois de ter expulsado o homem, colocou, a oriente do jardim do Éden, querubins armados de espada flamejante para guardar o caminho da árvore da vida» (Gn 3,24).

Vemos, assim, que os autores quinhentistas não recorriam à Bíblia apenas para justificar as empresas guerreiras, mas também para explicar as suas descobertas e para ilustrar as dificuldades com que deparavam.

## 5. A Bíblia e o incremento da missionação pacífica

Com o surto de missionação por meados de Quinhentos decorreu finalmente uma grande propagação da mensagem bíblica.

Os livros do Novo Testamento passaram a ser de novo mais utilizados; por todos os cantos do mundo os religiosos pretendiam criar novas igrejas, tomando por modelo as primeiras comunidades descritas nos Actos dos Apóstolos. As adesões das populações indígenas suscitavam entusiasmos fervorosos. Pela primeira vez desde há vários séculos, o Cristianismo voltava a ser anunciado em territórios de gentios não submetidos ao poder de um príncipe cristão. A Boa Nova já não se expandia só pela espada, mas difundia-se também pela palavra e pelo convívio fraterno; dava-se então o reencontro com os grandes temas do Evangelho. João de Barros, por exemplo, já não identifica D. Manuel I com um dos grandes heróis do Antigo Testamento, preferindo antes apelidá-lo de «novo apóstolo», lembrando que o monarca tinha levado o nome de Deus «per todas as gentes»<sup>10</sup>.

Os autores deste período não se limitam, contudo, a estas simples comparações; chegam mesmo a recriar o ambiente descrito no Evangelho — é este, por exemplo, o caso de Luis Fróis numa

---

<sup>9</sup> In JOÃO DE BARROS, *Ásia*, I, iii, 12.

<sup>10</sup> Cf. *ibidem*, I, i, 2.

carta de 7 de Janeiro de 1556. Estando em Malaca, e escrevendo acerca do Japão, quando ainda se pensava que era possível dar-se a rápida conversão de todo o império nipónico, aquele missionário afirma: «A voz de todos é que faz Deus por muitos que acha dignos instrumentos evidentíssimos milagres como na primitiva igreja para mais corroboração e firmeza dos que se convertem, e claramente diz que dão a vista aos cegos, ouvir aos surdos, falar aos mudos, andar aos mancos e sararem as enfermidades contagiosas com a imposição de suas mãos.»<sup>11</sup> Fróis recupera, assim, as frases do próprio Cristo no Evangelho segundo S. Mateus (Mt 11,4-6).

A acção interminável dos missionários gerou importantes comunidades, nem sempre autorizadas pelos poderes políticos a manifestar a sua Fé. Muitos evangelizadores e milhares de convertidos foram perseguidos, sobretudo no continente asiático. Na heroicidade de muitos perante os carrascos, ou simplesmente após prisões e torturas encontramos muitas vezes a «alegria por terem sido considerados dignos de sofrer vexames por causa do nome de Jesus» (cf. Act 5,41), conforme podemos ver quer através de textos de cronistas, quer através dos escritos dos próprios mártires.

Frei Paulo da Trindade na sua *Conquista Espiritual do Oriente*, ao descrever o primeiro grande martírio de Nagasaqui, em que foram crucificados seis missionários e vinte convertidos, salienta a alegria mística dos condenados; pelo seu texto ecoam os cânticos de louvor a Deus que aqueles entoaram antes de serem trespassados por lanças. A firmeza e o júbilo perante a dor terrena são comuns a conversores e a convertidos: «O irmão fr. Gonçalo Garcia (...) alevantando os olhos ao céu deu graças a Deus pela mercê que lhe fazia de morrer pelo seu Santo Nome e de novo lhe tornou a oferecer a sua vida (...). Também os japões que com eles foram crucificados, tomaram a morte com muito ânimo e fervor, dando mostras de ferventíssima caridade com que por seu Deus davam as vidas (...)»<sup>12</sup>.

Mas se no caso precedente estamos perante uma descrição marcada inevitavelmente pela apologia, veja-se o testemunho de um dos mais notáveis missionários portugueses, S. João de Brito, martirizado no Sul da Índia a 4 de Fevereiro de 1693. Na véspera da sua execução escrevia assim a um seu confrade: «(...) fui levado

<sup>11</sup> «Carta do irmão Luis Fróis aos irmãos da Companhia de Jesus em Goa», in REBECCA CATZ, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa, 1983, p. 82-87, p. 84-85.

<sup>12</sup> In Frei PAULO DA TRINDADE, OFM, *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 vols., Lisboa, 1962-1967, vol. 3, p. 543-544.

de novo para a prisão, onde ainda me encontro, esperando constantemente pela morte que vou sofrer por Deus. A esperança de alcançar esta felicidade foi o que me trouxe duas vezes à Índia. É verdade que procurar e assegurar tal felicidade me custou caro, mas o prémio que espero de Deus é digno destes e ainda de outros maiores sofrimentos. O crime de que sou acusado não é outro senão o de pregar a verdadeira religião e de impedir que os ídolos fossem adorados. Que honra sofrer a morte por tal crime.»<sup>13</sup>

## 6. A primeira tradução integral da Bíblia em português

Finalmente gostaríamos ainda de assinalar que a primeira tradução integral da Bíblia em português está em directa relação com os Descobrimentos.

Com a Contra-reforma e o medo do livre-exame defendido pelos Protestantes, o ambiente não era favorável entre os Católicos à tradução da Bíblia e ninguém a empreendeu integralmente em Portugal. Foi em Java e em Malaca, para uso de escravos asiáticos, mercenários e outros convertidos ao Calvinismo pelos Holandeses no século XVII (quando o português ainda era a língua franca na Ásia) que João Ferreira de Almeida (1628-1691) a traduziu.

Natural de Torre de Tavares, povoado próximo de Mangualde, João emigrou para a Holanda em 1642, de onde seguiu imediatamente para o Oriente, instalando-se em Malaca, cidade conquistada no ano anterior pelos Holandeses aos Portugueses. Converteu-se aí ao Calvinismo e em 1656 ascendeu à categoria de ministro pregador. Nos sete anos seguintes pregou em portos da ilha de Ceilão e da Índia meridional, e em 1663 fixou residência em Batávia, a sede do poder holandês no Índico.

Em sua vida só foi impressa a tradução do Novo Testamento (1681), que incluía os Deuterocanónicos; tratou-se porém de um mau trabalho que o levou a publicar dois anos depois uma *Advertencia*, em que assinalava mais de mil erros tipográficos. No século XVIII surgiram muitas edições parciais desta tradução, até que o Antigo Testamento (sem os Deuterocanónicos) foi finalmente publicado em Batávia no ano de 1753, numa edição em dois volumes.

---

<sup>13</sup>Cit. in ALBERT NEVETT, SI, *João de Brito e o seu tempo*, Braga, 1986, p. 274.



## Conclusão

Como conclusão podemos dizer que a Palavra Revelada conservada na Bíblia foi a um tempo um dos motivos e uma das justificações para o expansionismo português; os seus diversos livros foram utilizados com maior ou menor frequência conforme as épocas e por vezes o seu espírito foi deturpado, sobretudo quando foram usados para justificar as acções guerreiras.

Todavia, o que nos parece notável assinalar ao finalizar esta comunicação é o facto dos Descobrimentos terem sido o grande veículo da Bíblia pelo mundo. Os navegadores, seus transportadores, podiam observar pouco a sua Lei, mas falaram sempre bem do Senhor.

Conservando na sua pureza original o texto que haviam recebido dos seus antepassados, os homens dos Descobrimentos cumpriram de facto a última instrução do Mestre, ensinando todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme ao preceito final de Jesus. Embora seduzidos constantemente por lutas e negócios e outras tentações do mundo, estes homens cumpriram assim a profecia do salmo 18: «A toda a terra chegou a Sua voz e até aos confins do globo da terra as suas palavras».

LUIS FILIPE THOMAZ

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALPHANDÉRY, Paul, *La Chrétienté et l'idée de Croisade*, 2 vols., Paris, 1959.
- ARQUILLIÈRE, H. X., *L'Augustinisme politique*, Paris, 1972.
- BEDOVELLE, Guy, «O desejo de ver Jerusalém. História do tema das duas cidades», in *Communio*, Lisboa, Ano IV, 1987, n.º 2, p. 155-167.
- COHN, Norman, *Na senda do milénio*, Lisboa, 1981.
- FARINHA, António Lourenço, *A expansão da Fé*, 2 vols., Lisboa, 1943.
- FOLZ, Robert, *L'idée d'empire en Occident du Vème au XIVème siècle*, Paris, 1953.
- GILSON, Etienne, *Les métamorphoses de la Cité de Dieu*, Lovaina-Paris, 1952.
- LOPES, David, *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (reedição actualizada com notas e prefácio de Luis de Matos), Porto, 1969.
- QUILLET, Jeannine, *Les clefs du pouvoir au moyen âge*, Paris, 1972.
- RANDLES, W. G. L., *De la terre plate au globe terrestre, une mutation épistémologique rapide, 1480-1520*, Paris, 1980.
- REGO, A. da Silva, *História das Missões do Padroado Português do Oriente (1500-1542)*, Lisboa, 1949.
- Idem, *Lições de missionologia*, Lisboa, 1961.
- SARAIVA, António José, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, 1988.
- THOMAZ, Luis Filipe, «Cruzada e anti-cruzada», in *Communio*, Lisboa, Ano II, 1985, n.º 6, p. 515-528.
- Idem, «L'idée impériale manueline», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 27 (no prelo).